

PROTOCOLO DO CAPITAL NATURAL

A ABRIR O CAMINHO PARA DECISÕES
EMPRESARIAIS RESPONSÁVEIS

Filipa Saldanha



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Fundação Calouste Gulbenkian

Iniciativa Gulbenkian Oceanos

Francisca Moura, Catarina Grilo, Filipa Saldanha, Gonçalo Calado

oceanos@gulbenkian.pt

+ 351 217 823 000

Autoria: Filipa Saldanha

Este *policy brief* foi produzido no contexto do projeto “Capital natural e uma estratégia empresarial sustentável”, implementado e gerido pela Iniciativa Oceanos da Fundação Calouste Gulbenkian. Teve ainda o apoio do International Centre for Policy Advocacy (www.icpolicyadvocacy.org).

Contactos

Filipa Saldanha

Iniciativa Gulbenkian Oceanos, Fundação Calouste Gulbenkian

fsaldanha@gulbenkian.pt

+351 217 823 000

Agradecimentos

A Mark Gough (Natural Capital Coalition), Marta Santamaria (Natural Capital Coalition), Tânia Oliveira (BCSD Portugal) e Mafalda Evangelista (BCSD Portugal) pelos seus contributos enriquecedores. Ao Grupo Jerónimo Martins, CTT e Grupo Transtejo por facilitarem a inclusão dos seus casos de estudo neste *policy brief*.

Revisão: Catarina Espírito Santo

Design gráfico: Formas do Possível, Creative Studio

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.

350 cópias

Lisboa, Setembro 2017

Ainda não há muito tempo, a sustentabilidade era considerada por muitas empresas uma questão de reputação e comunicação. Esta visão está a mudar rapidamente. Os modelos de negócio sustentáveis são já reconhecidos como impulsionadores de eficiência e inovação, capazes de oferecer novas fontes de receita, de permitir uma redução de custos e de equipar as empresas com ferramentas de gestão de risco otimizadas. Além disso, podem ajudar a atrair e a reter funcionários, clientes e investidores. O *business case* para a sustentabilidade é já uma realidade.

Este *policy brief* centra-se na importância de integrar o capital natural na tomada de decisão em meio empresarial. Em particular, **recomenda que as empresas adotem o Protocolo do Capital Natural** como uma ferramenta preparatória para a regulamentação ambiental atual e futura, para realizar importantes benefícios económicos, e para as ajudar a alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Capital Natural e as empresas

O QUE É O CAPITAL NATURAL?

*O Capital Natural é o stock dos recursos naturais (p.e. água, solo, ar, rios, oceanos e florestas) que fornecem um **fluxo de benefícios às pessoas**, tais como alimentos, água potável, medicamentos, recursos naturais para a produção de energia e o espaço para a realização de atividades recreativas e desportivas.*

O CAPITAL NATURAL NUMA PERSPETIVA EMPRESARIAL

Os benefícios fornecidos pelo capital natural, juntamente com outras formas de capital já muito conhecidas (p. ex. humano, financeiro, manufaturado, intelectual e social) são a base dos processos de produção e de uma série de atividades económicas (Figura 1). Enquanto as empresas são extremamente conhecedoras do valor do seu capital manufaturado e financeiro, o capital natural não é, geralmente, tido em conta no sistema económico contabilístico, e assim excluído dos processos de tomada de decisão em contexto empresarial. Se não soubermos o valor de um ativo – financeiro, natural ou de qualquer outro tipo – torna-se extremamente difícil ou mesmo impossível geri-lo eficientemente. Com tantas empresas a depender dos recursos naturais, tanto diretamente como através das suas cadeias de fornecimento, é fundamental compreender e atribuir um valor a estas dependências, assim como aos impactos das suas atividades sobre a provisão (in)sustentável de capital natural.

A invisibilidade económica do capital natural pode levar a uma ineficiência na gestão empresarial, excluindo importantes riscos e **oportunidades** dos processos de tomada de decisão, desafiando a sustentabilidade ambiental das empresas e pondo em causa a sua estabilidade financeira. Este *policy brief* desenvolve uma resposta a este problema – **como e porquê as empresas podem beneficiar se integrem o capital natural nas suas estratégias empresariais.**

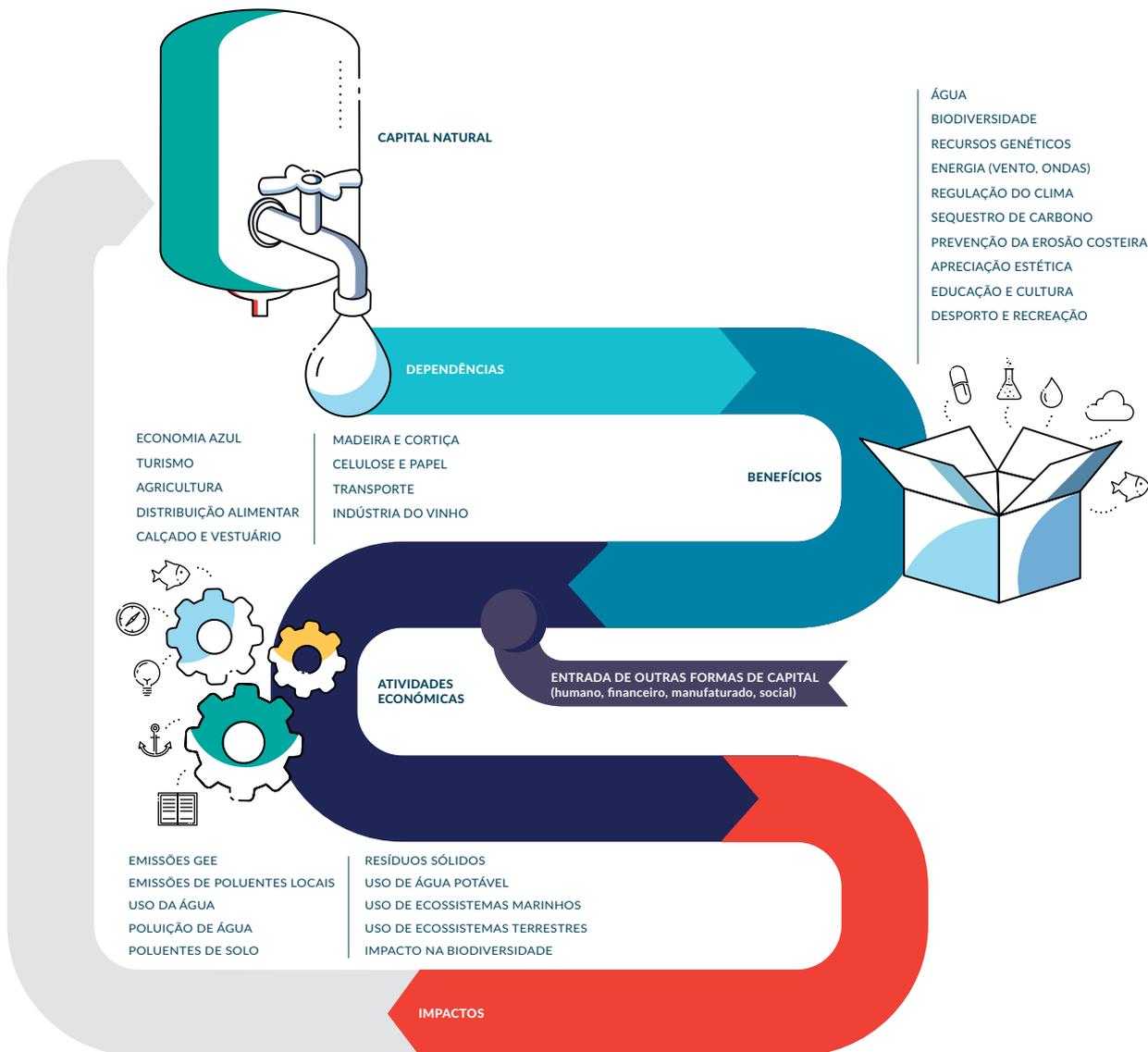


Figura 1/
 As inter-relações entre o capital natural e a atividade económica
 Fonte: Iniciativa Gulbenkian Oceanos

Da invisibilidade do Capital Natural à oportunidade económica

Atualmente, existem duas ferramentas através das quais as empresas e outras organizações podem abordar a questão da invisibilidade do capital natural.

Contabilidade do capital natural / Processo que envolve identificar, medir e/ou valorar os impactos e dependências entre o capital natural e as atividades empresariais de forma a sustentar os processos de tomada de decisão com informação mais robusta.¹ Tal permite que as empresas possam substituir riscos por oportunidades de negócio concretas.

Relato de informação não-financeira / Processo de recolha e divulgação de dados sobre aspetos não-financeiros do desempenho de uma empresa, incluindo questões sociais, ambientais, éticas e relativas aos funcionários. Isto ajuda a empresa a analisar o seu desempenho e impacto na sociedade, a melhorar o exercício de identificação de riscos de sustentabilidade, a compreender como é que uma empresa cria e sustenta valor a longo-prazo e a fortalecer a confiança de investidores e consumidores.

Em ambos os casos o objetivo final é encorajar as empresas a desenvolver uma abordagem responsável da sua atividade empresarial. Enquanto a **contabilidade** e o **relato** são normalmente tratados como instrumentos completamente independentes, mostramos como a sua complementaridade pode acelerar a transição para modelos de negócio mais sustentáveis e mais responsáveis (Figura 2).



Contabilidade do capital natural

NATUREZA DA FERRAMENTA

Tomada de decisão

TIPO DE INFORMAÇÃO PRINCIPAL

Interna

PRINCIPAIS UTILIZADORES

Gestores

APLICABILIDADE

Planeamento estratégico

Avaliação da cadeia de valor

Alocação de capital

Tomada de decisão a nível financeiro e operacional

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS

Aumento de oportunidades de negócio

Aumento de fontes de receita

Otimização da gestão de risco (legislativo, operacional e financeiro)

Redução de custos

Melhoria de imagem

Melhoria no acesso a financiamento



Capital natural no relato de informação não-financeira

NATUREZA DA FERRAMENTA

Comunicação

TIPO DE INFORMAÇÃO PRINCIPAL

Externa

PRINCIPAIS UTILIZADORES

Comunidade de acionistas e investidores

APLICABILIDADE

Critérios para aprovação de crédito e capital financeiro

Decisões e perceções dos clientes

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS

Mitigação e redução de risco legislativo

Melhoria de imagem

Melhoria do acesso a financiamento

Figura 2/
Complementaridade entre contabilidade do capital natural e divulgação do capital natural no relato de indicadores não financeiros.

Compreender os impactos e dependências entre o capital natural e as atividades económicas leva a decisões mais bem informadas, a estratégias empresariais mais sustentáveis e a importantes benefícios económicos.

1.

O RELATO DE INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA (P. EX. CAPITAL NATURAL) É MAIORITARIAMENTE FOCADO NO UTILIZADOR EXTERNO ENQUANTO A CONTABILIDADE DO CAPITAL NATURAL É MAIORITARIAMENTE UTILIZADA COMO INFORMAÇÃO INTERNA.

A **contabilidade do capital natural** é uma ferramenta de tomada de decisão. É maioritariamente utilizada por gestores para efeitos de planeamento estratégico, avaliação da cadeia de fornecimento, alocação de capital e de investimentos e tomada de decisão a nível operacional. Por outro lado, o **relato de indicadores não-financeiros** é essencialmente uma ferramenta de comunicação e transparência, utilizada maioritariamente pela comunidade de acionistas e investidores para decisões relacionadas com a aprovação e alocação de empréstimos, para influenciar as decisões do consumidor, a sua confiança e as suas perceções sobre a empresa. O relato de indicadores não financeiros é um grande passo na direção da transparência em contexto empresarial, dado que reconhece a importância de identificar e usar informação não financeira, tal como o capital natural. No entanto, poderá ser contraproducente se as empresas se focarem maioritariamente e/ou exclusivamente em cumprir requisitos legislativos. De forma a alcançar o objetivo principal de transitar para modelos de negócio sustentáveis, inclusivos e responsáveis, as empresas devem alterar os seus modelos de gestão, as suas atitudes e as suas práticas, além de divulgarem o capital natural e outro tipo de informação não-financeira.

2.

O RELATO DE INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA CUMPRE OS REQUISITOS REGULATÓRIOS ATUAIS, ENQUANTO A CONTABILIDADE DO CAPITAL NATURAL É O PROCESSO DE IDENTIFICAR, QUANTIFICAR E VALORAR AS VARIÁVEIS QUE UMA EMPRESA DEVERIA REPORTAR.

A **relevância** (ou materialidade) é chave para certificar que a divulgação de informação não financeira acomoda o impacto positivo esperado. No contexto das orientações para a Estrutura dos Relatórios da Global Reporting Initiative (GRI), *“a determinação da relevância para um relatório de sustentabilidade inclui a consideração dos impactos económicos, ambientais e sociais que ultrapassam o limiar que afeta a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (...) e o limiar que define os tópicos relevantes para divulgar deve ser definido de forma a identificar as oportunidades e riscos mais importantes para os stakeholders, para a economia, para o ambiente e para a sociedade, ou para a organização relatora, e portanto, merecem um destaque particular num relatório de sustentabilidade”*.²

A contabilidade do capital natural permite às empresas apurar a importância relativa, o valor ou a utilidade dos seus impactos e dependências em relação ao capital natural. Isto é a base para identificar o que é relevante para a empresa e, assim, o que deve ser partilhado com *stakeholders* externos. Tal significa que os procedimentos de contabilidade do capital natural devem estar explicitamente relacionados com os padrões de divulgação de dados ambientais, criando uma relação coerente entre as necessidades de informação da empresa e os requisitos de informação ambiental das entidades reguladoras.

Recomendações para as empresas

Recomendamos que:

*todas as empresas que dependem ou têm impacto nos recursos naturais, tanto diretamente como através das suas cadeias de fornecimento, devem adotar o **Protocolo do Capital Natural**, de forma a integrarem o capital natural nos processos de tomada de decisão existentes, e assim implementarem decisões estratégicas responsáveis.*

O que é o Protocolo do Capital Natural?

Durante os últimos anos, ONGs, *think tanks* e investigadores conseguiram enriquecer o diálogo sobre o capital natural e trazer este assunto para discussão com o setor empresarial e financeiro. Simultaneamente, demasiadas abordagens, ferramentas e iniciativas sobre contabilidade do capital natural foram apresentadas de uma maneira dispersa e fragmentada a potenciais utilizadores, o que trouxe confusão e dificuldades de comparabilidade e consistência, constituindo um entrave à adoção de ferramentas de tomada de decisão com base no capital natural.

A Natural Capital Coalition tomou como base e potenciou as ferramentas e métodos já existentes, os quais incluem a Avaliação Empresarial dos Serviços dos Ecossistemas (WRI, WBCSD e Meridian Institute),³ e o Guia Empresarial para a Valoração dos Ecossistemas (WBCSD, IUCN, ERM, e PwC)⁴ com o desenvolvimento do **Protocolo do Capital Natural**. O Protocolo harmoniza o trabalho existente e oferece uma única referência global, apoiando as empresas na construção de informação credível e com utilidade prática relacionada com os impactos e dependências do capital natural.⁵ Foi desenhada especificamente para melhor informar as decisões em contexto empresarial, guiando as empresas por nove passos (quatro estágios) de forma a ajudá-las a compreender **porquê**, o **quê**, e **como** identificar, medir e valorar o capital natural, e, finalmente **como podem integrar o capital natural nos seus processos de tomada de decisão (Figura 3)**.⁶ É aplicável a qualquer setor económico de qualquer região e a qualquer nível organizacional (p. ex. a nível da empresa, projeto ou produto).⁷

O Protocolo do Capital Natural é um documento padronizado que permite às empresas a compreensão das suas relações com a natureza de uma forma sistemática. É estruturado de forma a gerar informação de confiança, credível e com utilidade prática, que possa ser utilizada para informar sobre os riscos e oportunidades e, em última análise, ajudar a tomar consciência de benefícios tangíveis para as empresas, tais como a redução dos custos de produção, a otimização da gestão, a melhoria da percepção pública e o aumento das fontes de receitas. Além disso, as empresas têm a possibilidade de proporcionar benefícios significativos às comunidades e ao ambiente.



Figura 3/
O Protocolo do Capital Natural em nove passos.⁸
Fonte: Natural Capital Coalition

Por que razão as empresas devem adotar o Protocolo do Capital Natural?

1.

PARA OTIMIZAR A GESTÃO DE RISCO LEGISLATIVO

O Protocolo do Capital Natural é uma ferramenta de gestão de risco eficaz, dado que permite às empresas cumprir e antecipar alterações legislativas. Em 2014, a Comissão Europeia aprovou a Diretiva 2014/95/EU⁹ no que se refere à divulgação de informação não-financeira e de informações sobre a diversidade por parte de grandes empresas e grupos. Esta diretiva é aplicável a **“todas as grandes entidade de interesse público e com mais de 500 colaboradores [as quais] devem incluir no seu relatório de gestão ou num relatório separado, uma demonstração não-financeira contendo informação sobre questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores”**.

Na União Europeia mais de 6.000 empresas terão de divulgar informação relativa a questões ambientais, sociais e relativas aos seus trabalhadores no ano fiscal 2017.

Esta diretiva foi transposta para o quadro legal português em 2017.¹⁰ No que diz respeito às questões ambientais, a informação deverá incluir pormenores relativos aos **impactos atuais e previsíveis das atividades das empresas no ambiente** e, se adequado, **na saúde e segurança**, na utilização de **energias renováveis e/ou não renováveis, nas emissões de gases com efeito de estufa, na utilização da água e na poluição atmosférica**. Esta informação pode ser tratada através da aplicação do Protocolo. De facto, de forma a ajudar as empresas a divulgar informação não-financeira relevante de uma maneira consistente e que permita comparabilidade, a Comissão Europeia publicou um conjunto de diretrizes não vinculativas que incluem a recomendação da adoção do Protocolo do Capital Natural.¹¹ **As empresas que adotem o Protocolo do Capital Natural estão mais bem preparadas para cumprir e estar à frente da legislação Europeia sobre divulgação de informação não-financeira e para fazer a melhor utilização disso.**

O Protocolo do Capital Natural é uma das ferramentas reconhecidas pela Comissão Europeia no conjunto de diretrizes publicado em julho de 2017.

2.

PARA ALCANÇAR BENEFÍCIOS ECONÓMICOS SIGNIFICATIVOS

Aplicar o Protocolo do Capital Natural (Figura 3) permite às empresas tomar decisões mais bem informadas e leva-as a substituir riscos por oportunidades de negócio concretas. Os benefícios são muitos, tais como: **reduzir custos** através de um aumento de produtividade e eficiência na utilização e/ou exploração de recursos; **umentar as receitas** através da criação de novas oportunidades de negócio que integrem produtos e serviços mais inovadores e mais sustentáveis; **reforçar a imagem corporativa** através de um aumento de transparência; **atrair clientes** reforçando a sua confiança em relação à empresa; **melhorar o acesso a financiamento** atraindo investidores e credores que estão atualmente muito mais conscientes do desempenho social e ambiental das empresas; as empresas podem ainda oferecer inúmeros **benefícios às comunidades e aos ecossistemas locais** que estão cada vez mais expostos a externalidades negativas (Figura 4).



EVITAR RISCOS



AGARRAR OPORTUNIDADES



REALIZAR BENEFÍCIOS ECONÓMICOS

OPERACIONAL	LEGISLATIVO	REPUTACIONAL	FINANCEIRO	MERCADO E PRODUTO	SOCIETAIS E AMBIENTAIS
<p>Custos mais elevados relacionados com a escassez de recursos;</p> <p>Escassez na oferta devido a eventos atmosféricos adversos e degradação de ecossistemas</p>	<p>Novas multas, suspensões, ações judiciais, entre outros, devido a sobre-exploração e poluição de ecossistemas e devido à falta de divulgação de informação não financeira (ambiental ou outra).</p>	<p>Danos na marca devido a práticas ambientais irresponsáveis;</p> <p>Enfraquecimento de relações com fornecedores, funcionários, clientes, investidores e credores.</p>	<p>Margens mais baixas;</p> <p>Aumento no risco de crédito.</p>	<p>Perda de clientes para outras empresas mais amigas do ambiente;</p> <p>Obsolescência de produtos.</p>	<p>Degradação de ecossistemas com consequências como erosão costeira, declínio na qualidade da água, declínio dos stocks de pesca, etc.</p>
<p>Aumento de produtividade e eficiência na utilização e exploração de recursos naturais;</p> <p>Melhoria e inovação das técnicas de fabrico e <i>design</i> de produtos.</p>	<p>Cumprir e estar à frente de eventuais alterações na legislação que podem limitar opções de produção;</p> <p>Mais poder de negociação com autoridades locais e nacionais;</p> <p>Envolver os governos e as autoridades locais para desenvolver e implementar políticas que incentivam a proteção de ecossistemas que fornecem recursos naturais utilizados pelas empresas.</p>	<p>Aumento de clareza e transparência;</p> <p>Atrair e reter mais clientes reforçando a sua confiança na empresa;</p> <p>Diferenciação da marca relativamente a competidores;</p> <p>Atrair investidores e credores que estão cada vez mais preocupados com o desempenho ambiental das empresas parceiras.</p>	<p>Acesso a financiamento facilitado.</p> <p>Decisões de investimento mais bem informadas.</p>	<p>Criação de novas oportunidades de negócio que integrem produtos e serviços sustentáveis do ponto de vista ambiental e económico;</p> <p>Responder a pressões/procura por parte dos consumidores de produtos mais inovadores e sustentáveis do ponto de vista ambiental</p>	<p>Melhorar o bem-estar das comunidades e dos ecossistemas</p>
<p>Redução de custos de produção</p> <p>Otimização da gestão de risco operacional</p>	<p>Otimização na gestão de risco legislativo</p>	<p>Reforçar a imagem corporativa</p>	<p>Aumento de receitas;</p> <p>Condições de financiamento facilitadas e/ou bonificadas;</p> <p>Sustentabilidade financeira a médio e longo prazo.</p>	<p>Aumentar fontes de receitas</p>	<p>Valores filantrópicos, i.e. valor intrínseco da natureza</p>

Figura 4/
Os grande benefícios de adotar o Protocolo do Capital Natural

3. PARA APOIAR AS EMPRESAS A ALCANÇAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS)

Até 2030, a agenda global será guiada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que foram adotados pelos 193 Estados-Membros das Nações Unidas, em setembro de 2015. As empresas desempenham um papel importante no cumprimento destes objetivos. Os ODS traduzem a forma como o sucesso económico está dependente e intimamente ligado ao sucesso ambiental e social.

O conceito de capitais dá às empresas uma abordagem estruturada que lhes permite focar a sua contribuição para os ODS. O Protocolo do Capital Natural fornece às empresas uma estrutura-base que lhes possibilita avaliar o quão dependentes estão da natureza, e quais os impactos que as suas atividades têm sobre a saúde dos recursos naturais de que dependem. Estas duas questões terão de ser enfrentadas por qualquer das partes interessadas (governos,

empresas, associações e indivíduos) e não apenas em relação ao capital natural, mas também ao capital social e outros, uma vez que os ODS são indivisíveis.

Em preparação para a 13.ª Reunião da Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica, o Conselho da União Europeia pediu ao setor empresarial para adotar o Protocolo de Capital Natural de forma a aumentar o seu envolvimento e contribuição para alcançar as Metas de Aichi para a Biodiversidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados com a biodiversidade.¹²

Os casos de estudo do Protocolo do Capital Natural

Mais de 50 empresas globais de grande dimensão já testaram e adotaram o Protocolo. Exemplos incluem Dow Company, Hugo Boss, Roche, Natura, Nespresso, Nestlé, Shell, Olam, Coca-Cola, H&M, Phillips, Novartis, Akzo Nobel, Tata, Land Rover e Jaguar.

Em Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian e o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável promoveram o Programa de Formação Protocolo do Capital Natural, o qual foi facilitado pela Natural Capital Coalition. Esta formação contou com a presença de mais de 50 participantes de 36 empresas. No final do formação, todas as empresas foram convidadas a participar no Desafio Protocolo do Capital Natural, cujo objetivo principal foi o de demonstrar as aplicações empresariais do Protocolo do Capital Natural. Três casos de estudo portugueses do Protocolo do Capital Natural estão apresentados em baixo.

O Programa de Formação Protocolo do Capital Natural consistiu em quatro workshops técnicos intensivos e várias reuniões com os especialistas da Natural Capital Coalition. Contou com a presença de 55 participantes de 36 empresas de grande dimensão de 25 setores económicos.

OS CTT APLICARAM O PROTOCOLO DO CAPITAL NATURAL PARA ESTUDAR ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS PARA O SEU *PORTFOLIO* DE PRODUTOS

Os CTT, uma empresa de serviços postais portuguesa, usou o Protocolo do Capital Natural para analisar alternativas sustentáveis para o seu *portfolio* de produtos e para avaliar a possível extensão de características ecológicas a outros produtos. Em particular, o Protocolo foi utilizado para identificar quais as características dos produtos que podem ser aperfeiçoadas de forma a reduzir os impactos sociais negativos (p. ex. aumentando o uso de papel reciclado, usando exclusivamente tintas e etiquetas ecológicas) e aumentar a eficiência das comunicações.

Através da sua avaliação do capital natural, os CTT puderam identificar as principais dependências e impactos entre as atividades da sua cadeia de fornecimento e o capital natural e associar questões de materialidade com riscos e oportunidades para a empresa e para a sociedade. De acordo com a empresa, os benefícios principais de aplicar o Protocolo do Capital Natural incluem: i) reduzir custos através do investimento em produtos e serviços “verdes”; ii) ganhar ou manter o interesse e a confiança dos investidores; iii) melhorar o acesso a financiamento; iv) acomodar o aumento da procura de produtos certificados credíveis, tais como papel com rótulo ecológico; v) aumentar a capacidade de atrair e reter funcionários.

A **TRANSTEJO** USOU O PROTOCOLO DO CAPITAL NATURAL PARA AVALIAR O IMPACTO NEGATIVO DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS DA EMPRESA

A Transtejo, uma empresa de transporte fluvial que opera no rio Tejo, aplicou o Protocolo do Capital Natural para medir e valorar os impactos negativos da poluição atmosférica decorrente da sua atividade económica. A Transtejo tem como objetivo utilizar os resultados obtidos de forma a identificar medidas específicas que visem reduzir as emissões de dióxido de carbono e as emissões de outros poluentes atmosféricos, com vista a beneficiar as comunidades locais existentes em redor do rio Tejo, o ambiente e a empresa.

Com base na aplicação do Protocolo, a Transtejo destacou dois grandes impactos na sociedade: i) as atividades da empresa impuseram um custo para a sociedade (por exemplo, custos de saúde) de **973.868 €** devido aos gases com efeito de estufa (GEE); ii) as emissões de poluentes atmosféricos locais, em particular NO_x , SO_2 e $\text{PM}_{2,5}$, aumentaram em média 2,6% ao ano entre 2013 e 2015. De acordo com a Transtejo, os benefícios mais importantes da sua avaliação do capital natural incluem: i) antecipar nova regulamentação que pretenda limitar a poluição atmosférica do transporte fluvial; ii) posicionar a empresa como fornecedora de um meio de transporte sustentável, o que melhora a sua reputação; iii) beneficiar populações locais, reduzindo os custos para a saúde e mitigando as alterações climáticas. Próximos passos incluem melhorar o desempenho em termos de utilização de energia através da implementação de soluções de baixo carbono e fortalecer a avaliação do impacto da empresa sobre as comunidades.

O GRUPO **JERÓNIMO MARTINS** APLICOU O PROTOCOLO DO CAPITAL NATURAL PARA VALORAR OS CUSTOS SOCIAIS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES COMPONENTES DE EMBALAGEM

Implementando os nove passos do Protocolo do Capital Natural, o grupo Jerónimo Martins teve como objetivo medir e valorar, em termos comparativos e ao longo de todo o ciclo de vida, os impactos sociais do uso de PVC e de materiais plásticos alternativos (LDPE e PET) nos componentes das embalagens dos seus produtos de Marca Própria¹ comercializados no mercado português.

Embora os resultados variem significativamente entre os três cenários analisados, foi possível concluir que, ao contrário do que seria de esperar, os impactos com maior custo social são os relacionados com as emissões de SO_2 , $\text{PM}_{2,5}$ e NO_x e não com as emissões de gases com efeito de estufa ou emissões tóxicas – tais como dioxinas – resultantes da produção de PVC. Para o Grupo Jerónimo Martins, a aplicação do Protocolo do Capital Natural parece contribuir para um conhecimento mais aprofundado, nomeadamente na identificação de: i) riscos ambientais a montante da cadeia de fornecimento; ii) possível contaminação da cadeia de resíduos plásticos pelo uso de PVC; e iii) discussões em curso sobre o desenvolvimento de regulamentação que poderá aumentar os custos devido a taxas ambientais, taxas de deposição de resíduos ou aumento da complexidade da separação do plástico por tipo de material utilizado.

¹ Nota: Todo o PVC utilizado atualmente nas embalagens de Marca Própria não se encontra diretamente em contacto com os alimentos.

O Protocolo do Capital Natural: compreender primeiro, adotar depois

Este plano de ação, desenhado pela Fundação Calouste Gulbenkian, pode ser facilmente transposto e adaptado para outros contextos.

Na fase preparatória deste projeto, foram identificados os seguintes desafios principais:

1. Falta de conhecimento geral sobre o conceito de capital natural.
2. Dificuldade em dar um valor aos recursos naturais devido à falta de conhecimento técnico.
3. Falta de incentivos de curto prazo que possam motivar as empresas a medir e valorar o capital natural.

De forma a ultrapassar estes desafios e a acelerar a adoção do Protocolo do Capital Natural em Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian desenvolveu um plano de ação baseado em quatro fases estratégicas:



OBJETIVO: AUMENTAR A PERCEÇÃO & CRIAR UMA BASE DE CONHECIMENTO

- Ação 1.** Conduziu um questionário sobre a importância do capital natural, que foi respondido por 201 organizações da Economia do Mar.
- Ação 2.** Publicou um estudo com os principais resultados do questionário, que foi fortemente disseminado através de conferências, apresentações e *workshops* em Portugal e no estrangeiro.
- Ação 3.** Conduziu reuniões privadas com *stakeholders* (setor empresarial e consultoras).

Esta fase contou com a parceria do Fórum Oceano (antigo Oceano XXI) e da PwC – Departamento de Economia do Mar.



OBJETIVO: ESCALAR A CURVA DE APRENDIZAGEM

- Ação 4.** Criou parcerias estratégicas com outras entidades a trabalhar no tema da contabilidade do capital natural (BCSD Portugal e Natural Capital Coalition).
- Ação 5.** Organizou uma sessão de informação alargada sobre o Protocolo do Capital Natural.
- Ação 6.** Promoveu o Programa de Formação Protocolo do Capital Natural dirigido ao setor empresarial.



OBJETIVO PRINCIPAL: ACELERAR A TRANSIÇÃO

- Ação 7.** Promoveu o Desafio Protocolo do Capital Natural de forma a garantir a aplicabilidade prática do programa de formação (Ação 6).



OBJETIVO PRINCIPAL: IDENTIFICAR E RECONHECER PIONEIROS E ATRAIR SEGUIDORES

- Ação 8.** Promoveu oportunidades para as empresas partilharem o trabalho feito no contexto do Desafio Protocolo do Capital Natural, mostrando as diferentes aplicabilidades do Protocolo e os seus benefícios económicos em diferentes contextos setoriais, de forma a reconhecer as empresas pioneiras e a impulsionar o aparecimento de seguidores.

NOTAS

¹ Spurgeon, J.P.G (2014). Natural Capital Accounting for Business: Guide to selecting an approach. Final Report to the EU Business and Biodiversity Platform, ICF international.

² Disponível em: <https://www.globalreporting.org>

³ Disponível em: <http://www.wri.org>

⁴ Disponível em: <http://www.wbcsd.org>

⁵ Climate Disclosure Standards Board. Connecting the Natural Capital Protocol and the CDSB Framework. Disponível em: <http://www.cdsb.net/strategic-alliances/natural-capital-coalition>

⁶ Natural Capital Protocol. Disponível em: <http://naturalcapitalcoalition.org/protocol>

⁷ Tal foi identificado através de um Programa de Envolvimento Empresarial que incluiu entrevistas com mais de 80 empresas, Para além disto, a consulta pública do Protocolo recebeu mais de 3.200 comentários, tornando-se uma das consultas públicas mais relevantes dos últimos anos. Disponível em: <http://naturalcapitalcoalition.org/protocol>

⁸ Esta figura foi gentilmente oferecida pela Natural Capital Coalition para a sua utilização neste documento.

⁹ Comissão Europeia. Banca e Finanças. Relato de informação não financeira, 2016. Disponível em: http://ec.europa.eu/finance/company-reporting/non-financial_reporting/index_en.htm

¹⁰ Decreto-Lei 89/2017. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/107773645/details/maximized>

¹¹ Official Journal C 215 of the European Union, July 5th 2017. Disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017XC0705\(01\)&from=EN](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017XC0705(01)&from=EN).

¹² Disponível em: <http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital-protocol-recognised-as-important-tool-in-reaching-the-sustainable-development-goals/>

A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição privada portuguesa de utilidade pública, criada em 1956 de acordo com a vontade expressa em testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian. De acordo com os seus estatutos, desenvolve atividade nas áreas das artes, beneficência, educação e ciência, em Portugal e no estrangeiro, também através das suas delegações no Reino Unido e em França. A Fundação promove um vasto leque de atividades diretas e de apoios a programas e projetos.

GULBENKIAN.PT

Av. de Berna, 45A
1067-001 Lisboa